

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v22i39.1166>

POR DENTRO DA ESCOLA: analisando o “Livro de Ocorrências” de uma escola da Amazônia brasileira¹

INSIDE THE SCHOOL: analyzing the “Occurrence Book” of a school in the Brazilian Amazon

PERCATARSE DE LA ESCUELA: análisis del “Libro de Ocurrências” de una escuela de la Amazonía brasileña

ERINALDO CAVALCANTI

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9912-5713>

Doutor em História, Professor Adjunto da UFPA:

Belém, PA, Brasil.

ericcontadordehistorias@gmail.com

Resumo: O artigo analisa um conjunto de relatos produzidos na *Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) O Pequeno Príncipe*, situada na cidade de Marabá (PA), localizada na Amazônia brasileira. Trata-se dos registros arquivados nos “Livros de Ocorrências” sobre as mais variadas situações vivenciadas, na cultura escolar, pelos estudantes do Ensino Médio entre 2009 e 2016. A partir de procedimentos qualitativos, o foco se direcionou à análise das informações registradas, objetivando compreender a forma com que as práticas descritas representam as experiências registradas e como a escola lidou com as demandas sobre as quais eram relatadas. A conclusão das reflexões mostra parte do cotidiano da escola, configurada por diferentes práticas e formas de viver o espaço escolar, e sutis mecanismos de enfrentamento usados pelos estudantes, sobre os quais constam os referidos registros. Ademais, a potência da pesquisa é compreender a escola como objeto de construção histórica.

Palavras-chave: escola; cultura escolar; Amazônia.

Abstract: The article analyzes a set of accountings produced in the *Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) O Pequeno Príncipe*, situated in the city Marabá (PA), located in the Brazilian Amazon. It is about the records filed in the “Occurrence Books” regarding the most varied situations experienced by high school students in the school culture, between 2009 and 2016. Through qualitative procedures, the focus of the analysis was on the recorded information aiming to understand how the described practices represent the recorded experiences and how the school dealt with the demands reported there. The conclusion of these reflections shows an excerpt of the school's daily life configured by different practices and ways of living the school space and subtle mechanisms of confrontations used by the students, which are mentioned in the records. Furthermore, the power of the research is understanding the school as an object of historical construction.

Keywords: school; scholar culture; amazon.

Resumen: El artículo analiza un conjunto de relatos producidos en la *Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) O Pequeno Príncipe*, ubicada en la ciudad de Marabá (PA), situada en la Amazonía brasileña. Se trata de los registros archivados en los libros de ocurrencias sobre las más variadas situaciones vividas en la cultura escolar, por los estudiantes de secundaria entre 2009 y 2016. A partir

¹ Artigo submetido à avaliação em maio de 2024 e aprovado para publicação em junho de 2024.

de procedimentos qualitativos, el enfoque del análisis se dirigió a analizar la información registrada con el objetivo de entender cómo las prácticas descritas representan experiencias registradas y cómo la escuela se ocupó de las demandas sobre las que se informó. La conclusión de las reflexiones muestra, por un lado, una parte de la vida cotidiana de la escuela configurada por diferentes prácticas y formas de vivir el espacio escolar, por otro, los sutiles mecanismos de enfrentamientos por parte de los estudiantes, sobre los que se mencionan los registros. Asimismo, la investigación tiene como objetivo comprender la escuela como un objeto de construcción histórica.

Palabras clave: escuela; cultura escolar; Amazonia.

Introdução

O artigo faz parte das reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa *A história ensinada: saberes docente, livro didático e narrativa*, vinculado à Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA). A documentação analisada foi identificada durante as atividades desenvolvidas pelo subprojeto Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) entre 2019 e 2020².

Sabemos que a escola é o principal espaço de atuação dos professores formados em História. Logo, apreender a escola como objeto de reflexão deveria ser do interesse dessa ciência em que se formam os licenciados que exercerão a atividade docente. No entanto, a ciência histórica não tem demonstrado interesse em problematizá-la, conforme demonstrou Agustín Escolano Benito (2017), ao menos no que tange às pesquisas situadas no Brasil localizadas nos programas de Pós-graduação em História.

É demasiado desafiador discutir um tema ou um objeto sobre os quais ainda não dispomos de pesquisas consolidadas na área. A utopia do suposto ineditismo não se sustenta, pois uma das regras da escrita acadêmica diz respeito ao diálogo com os pares. Para refletir a escola como construção histórica, analisando-a como objeto de pesquisa, contamos com reflexões situadas na área da História da Educação. Nesse sentido, as reflexões de Vidal e Faria Filho (2003), Vidal (2005; 2006) e Silva e Silva (2015) constituem-se leituras fundamentais para analisar o objeto de estudo em tela, mostrando a necessidade e a potência dos diálogos com o campo da Educação.

A depender do objeto específico de reflexão sobre o qual se pretende problematizar a escola, os desafios são potencialmente ampliados. Compreender como os estudantes vivenciam o cotidiano do espaço escolar é duplamente desafiador. Por um lado,

² O projeto Pibid teve por título *Ensino de História, materiais didáticos e formação docente* e foi desenvolvido junto à escola O Pequeno Príncipe.

não temos pesquisas que, efetivamente, debruçam-se a compreender os estudantes como sujeitos históricos (Moreno, 2006); por outro, na cultura escolar, não há uma prática de produzir e salvaguardar os registros produzidos pelos estudantes, como destaca Dominique Julia (2001).

Nesse sentido, o presente artigo insere-se no movimento de análise que tem a escola como tema de interesse, e, de maneira específica, os estudantes que nela estudam. Para tanto, a análise direciona o ângulo de percepção para refletir sobre um conjunto de registros produzidos e arquivados em uma escola pública localizada na Amazônia brasileira. Trata-se das informações contidas no *Livro de Ocorrências* (EEEM, 2010), as quais versam sobre diversas experiências vivenciadas por uma parte dos estudantes do Ensino Médio entre 2009 e 2016. Portanto, o artigo objetiva analisar as informações registradas no referido caderno para compreender de que forma as práticas descritas representam as experiências registradas e como a escola lidou com as demandas que foram relatadas.

Construindo os diálogos

Diante da escassez de trabalhos – no âmbito da ciência histórica –, que problematizem a escola e os estudantes, as reflexões são cotejadas com temas e áreas vizinhas. Por essa vereda, José Gondra (2018) oferece importante contribuição em seu livro *A emergência da escola*. Na referida obra, o autor faz uma análise acerca do processo de construção da política de instrução no Brasil imperial, que resultou na institucionalização da escola enquanto espaço formal destinado a ofertar o “projeto educacional” da época. A partir da documentação oficial, o autor apresenta uma valiosa reflexão sobre as relações e o processo de construção da instrução de uma parte daquela sociedade. Por meio da leitura foucaultiana acerca das instituições enquanto espaço de controle e disciplina dos sujeitos, Gondra mostra que a escola foi um lugar privilegiado para que o governo imperial executasse a sua política de instrução, disciplina e controle por meio da educação. Nas palavras do autor, “[...] governar, moralizar, disciplinar, higienizar e civilizar o povo, em muitos momentos, no Brasil e no exterior, estabeleceu a instrução e a escola como fórmula que condensava esses ambiciosos objetivos” (Gondra, 2018, p. 12). Para o autor, o conjunto de ações, regulamentos e normativas estabelecidas pelo governo imperial implicava a “[...] instrução como estratégia civilizatória e a escola como máquina de civilizar” (Gondra, 2018, p. 12).

Para José Gondra, as reformas ocorridas no Brasil imperial, sobretudo aquela efetivada sob o comando de Couto Ferraz, promoveram mudanças significativas, principalmente no que diz respeito à fiscalização das instituições de ensino. Para o autor, isso implicou um importante controle

[...] para se saber o que era transmitido, tornando-se um mecanismo de regulação relativo aos saberes efetivamente disseminados via escola. Assim, a necessidade de educar e instruir o povo era discutida como uma forma de garantir a ordem social, implicando assim na adesão à tese de que a instrução não deveria ocupar o tempo destinado as tarefas diárias do trabalhador. Nesta lógica, para os operários, a instrução deveria ser mínima, sem perda de tempo no desenvolvimento dos estudos científicos (Gondra, 2018, p. 118).

Para os objetivos almejados neste artigo, a concepção de cultura escolar é basilar, uma vez que permite ampliar a compreensão da escola enquanto construção histórica e apreendê-la como objeto de estudo. Assim, os mais variados enfoques podem ser depreendidos com interesse nas dimensões materiais da cultura ou em suas dimensões simbólicas.

Dada a importância do conceito de “cultura escolar”, este precisa ser mais bem problematizado. Nesse sentido, Frago adverte que “[...] la índole polisémica del término cultura y su capacidad para explicar, desde y partir del mismo, todo lo que acontece en el seno de una grupo o institución social, corren el peligro de convertir dicha expresión en un comodín explícalo-todo.” (Frago, 2008, p. 22). Assim, define o autor que a cultura escola, de modo geral, é

[...] un conjunto de teorías, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y prácticas (formas de hacer y de pensar, mentalidades y comportamientos) sedimentadas a lo largo del tiempo en forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho, y compartidas por sus actores, en el seno de las instituciones educativas (Frago, 2008, p. 22).

Em diálogo com Dominique Julia, Antonio Viñao destaca que o conceito “cultura escolar” também é usado pela História, sublinhando três dimensões importantes: a primeira é que, sendo a cultura escolar uma construção da própria instituição escolar, não pode ser

entendida de forma desconectada das práticas culturais religiosas, econômicas, políticas e populares de cada espaço-tempo. Nas palavras de Dominique Julia (2001):

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (Julia, 2001, p. 10).

O autor ainda acrescenta que a cultura escolar “[...] no puede ser estudiada sin el análisis preciso de las relaciones conflictuales o pacíficas que mantiene, en cada período de su historia, con el conjunto de sus culturas contemporáneas: la cultura religiosa, la cultura política o la cultura popular.” (Julia, 2001 *apud* Frago, 2008, p. 23).

Sabemos que a escola constituiu-se (e se constitui) um universo de relações culturais e práticas de sociabilidades entre estudantes, professores e demais atores que compõem a chamada cultura escolar. Constitui-se um espaço de relações de poder, disputas e, principalmente, um espaço de produção de saberes. Nos documentos oficiais, a escola, via de regra, costuma ser apresentada como sendo um lugar que recebe as informações, as proposições vindas da academia. Ela não é representada como espaço construtor e propositor de ações, como ressaltam Chervel (1990) e Ribeiro (2015).

Essa tradição – que que ignora a escola como lugar de potência e de vida – identifica-se na ausência de ações políticas e sociais que privilegiem os acervos das mais variadas atividades desenvolvidas dentro dos espaços escolares, com exceção dos considerados documentos oficiais, como bem destacou Dominique Julia (2001). Também é possível perceber essa leitura torpe e míope dentro da própria ciência histórica, pelo abandono quase absoluto dessa área de conhecimento ao não apreender a escola como objeto de pesquisa, conforme bem ressaltou Agustín Escolano Benito (2017).

A documentação analisada neste artigo é apreendida como um vestígio das práticas culturais pertencentes à chamada cultura escolar. No tratamento a ela dispensado, as reflexões de Michel de Certeau (1994) são mobilizadas, sobretudo no que diz respeito à compreensão do autor acerca das práticas culturais. Para ele, trata-se de um conjunto variado de maneiras “de fazer com” que aparece designado pela expressão “artes de fazer” em um dos livros considerados clássicos do autor. A reflexão promovida por Certeau (1994) alça a

discussão para outro nível sobre a chamada cultura popular, independentemente da designação adotada. O autor posiciona-se rigorosamente contrário à concepção de cultura popular que a representa como sendo desprovida de criação, como se fosse uma prática ingênua ou reprodutora de códigos e signos e que seus praticantes fossem ordeiros, disciplinados e meros consumidores passivos. Para Certeau (1994), a cultura dita popular é criação, invenção, ressignificação, reconstrução, desvio, resistência, arte e poder.

Por essa chave de leitura, é possível compreender a cultura escolar não apenas em sua dimensão formal. Além das práticas que concorrem para a sua dimensão institucional por meio dos dispositivos legal e oficial, a cultura escolar é uma criação que sofre diferentes mutações por meio das distintas *formas de fazer com*, encontrando-se, desse modo, em constante transformação a partir das variadas formas de apropriação que a ressignificam incessantemente. Estudantes e professores (re)constroem e recriam, de mil maneiras, as normas da cultura escolar; apropriam-se e promovem outras maneiras de viver a escola. Entre a normatividade, as leis escritas, os pareceres, os regimentos, as demais práticas de regulação prescritas e as formas de usos, existe um universo de possibilidades proporcionadas por distintas práticas de apropriação. Existe uma “arte” – no sentido mais largo do termo – como defende Michel de Certeau, rica e potente, denominada por ele de “arte de fazer”. Nas palavras do autor,

Diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como ‘consumo’, que tem como características suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos (Certeau, 1994, p. 94).

É imperativo demarcar que as práticas escolares constituem-se em práticas culturais. Por conseguinte, essas análises podem contribuir com as reflexões quando desejamos compreender as práticas culturais constituintes do espaço escolar. Para Diana Vidal (2006), as práticas escolares “[...] apresentam modos de estar no mundo, de compreender a realidade e de estabelecer sentido, partilhados social e historicamente.” (Vidal, 2006, p. 158). Por essa linha interpretativa, as reflexões de Eva Cristina Leite da Silva (2011) são valiosas. Ao analisar o contexto do estado de Santa Catarina, a autora mostra a diversidade de arquivos

escolares e as suas potencialidades para as pesquisas sobre a cultura escolar. A autora também ressalta que, paradoxalmente, os referidos arquivos são pouco conhecidos e reconhecidos como fontes merecedoras de arquivamentos e, por extensão, de pesquisas. Ainda sobre o contexto do estado de Santa Catarina, as contribuições de Carolina Ribeiro Cardoso da Silva e Vera Lucia Gaspar da Silva (2015) são relevantes para as reflexões que envolvem analisar a escola e as suas práticas culturais. Ao pesquisar os documentos de um grupo escolar, as autoras pontuam a diversidade de registros acerca da cultura escolar, em especial sobre como a escola compreende, avalia e representa os seus estudantes por meio de variadas formas de registros.

A escola é um espaço regrado. É instituído por variadas regras que desejam criar um *modus operandi* entre as pessoas que vivem e praticam esse lugar. Há regras para todos os comportamentos permitidos. Existem normas que definem os usos do tempo desde o momento em que se institui o horário de entrada dos praticantes desse espaço, ou seja: há normas que definem o horário permitido para a entrada dos estudantes, dos professores, dos funcionários administrativos, dos demais servidores da equipe de limpeza e segurança, por exemplo. Essas regras não definem apenas os horários permitidos e proibidos de entradas e saídas, mas, também, as formas de entrar e de sair, além de estabelecer o que é permitido ou não em termos de vestimentas. Por exemplo, não é permitido adentrar a escola com qualquer roupa ou usando qualquer tipo de objetos.

A produção do documento

Na pesquisa desenvolvida na escola, identifiquei três cadernos voltados, prioritariamente, aos registros sobre os comportamentos dos estudantes. Esses cadernos recebem o nome de *Livro de Ocorrência*, como podemos ver na Figura 1.

Figura 1- Imagem da capa do livro de Ocorrência da EEEM O Pequeno Príncipe³

Fonte: EEEM (2010).

No entanto, a denominação usada pelas pessoas que preencheram suas páginas é “registro”. O verbo “registrar” é usado, na maioria dos relatos encontrados, nos três cadernos. As expressões mais identificadas nas páginas dos cadernos é “[...] registra-se que os alunos abaixo assinados estiveram na coordenação em virtude de [...]”, ou “[...] registra-se que os alunos aqui mencionados compareceram à coordenação porque [...]”.

Se o título do caderno é apresentado pelo termo “ocorrência”, em seu conteúdo, a grafia acionada foi “registro”. Aqui é importante destacar que não se trata de uma questão meramente gramatical. A semântica usada não diz respeito apenas a uma questão de natureza ligada à morfologia e/ou à sintaxe da língua portuguesa. Ela é construtora de significados, indica vestígios das lentes interpretativas das pessoas, as quais estavam ocupando o lugar da escrita; não se trata de uma grafia neutra porque nenhuma o é. O vocábulo grafado no papel, mais do que os símbolos da norma escrita, mostra as concepções acionadas pela escolha de uma palavra que desfrutava de certos significados ao invés de outra.

Assim como a semântica é diversa, também o é a possibilidade de apreensão da escola enquanto objeto de pesquisa, que pode ser lida de diferentes maneiras. Como objeto de estudo, igualmente ela pode ser apreendida por distintas lentes de percepção. Nesse sentido, é oportuno refletirmos o processo de constituição dos documentos aqui analisados para ampliar o entendimento e mostrar por quais lentes ela está sendo vislumbrada.

Os livros de ocorrência, como qualquer outro documento, são resultantes do seu lugar de produção. Eles mostram e dão a ver as relações sobre as quais e pelas quais foram produzidos. São apreendidos, aqui, como documento-monumento, tal qual nos ensinou

³ Acervo pessoal do autor.

Jacques Le Goff (1996). Essa forma de apreender os registros de ocorrência parece-me bastante propositiva porque permite evitar que se depreenda uma leitura idealizadora tanto dos documentos como das relações sobre as quais os registros produzem diferentes representações. Assim, é oportuno destacar que não existe documento que seja espelho da realidade e ofereça uma imagem neutra sobre a qual produz uma representação. Todo registro é também uma interpretação resultante de diferentes forças e sujeitos que, em um determinado momento, ocupou o lugar de autoria que lhe permitiu escrever – ou falar, para casos de relatos orais – a respeito de determinado tema.

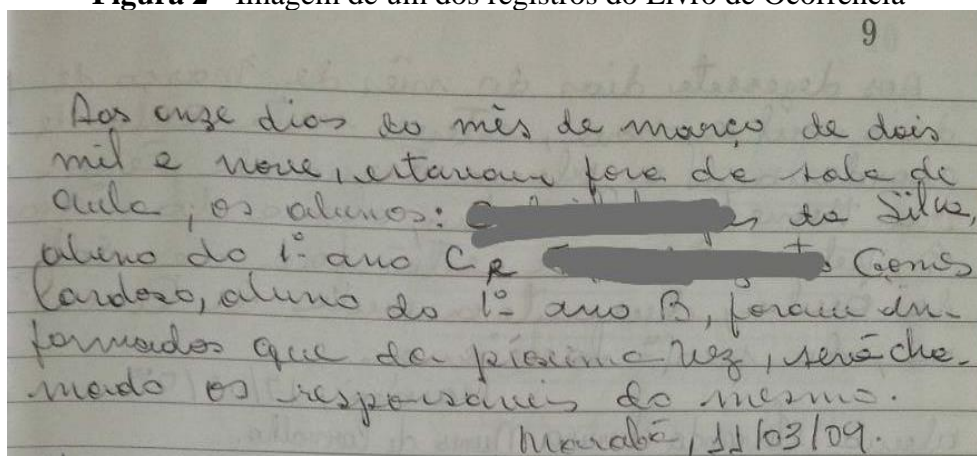
Portanto, antes de se direcionar o ângulo de percepção sobre *o que* os documentos aqui acionados relatam, é necessário se compreender *como* se dá o seu processo de produção. Os livros de ocorrência são resultantes das atividades administrativas, de forma específica, da gestão do professor Antonio Luiz Silva Soares. Em uma das nossas conversas – ocasião em que procurava localizar documentos sobre o cotidiano da escola –, ele afirmou que, quando assumiu a direção da escola, tomou a iniciativa de começar a registrar as demandas que chegavam à sua mesa.

Essa singularidade já nos permite compreender que o documento está relacionado com a forma com que o professor (que ocupa a função de diretor) percebe a gestão, com a sua interpretação sobre como lidar com as questões que chegavam – e chegam – no dia a dia da escola. Portanto, não se trata de um documento convencionalmente típico da cultura escolar, encontrado em qualquer instituição escolar. Mas, paradoxalmente, pertence à cultura escolar experienciada naquele estabelecimento de ensino, durante a gestão do professor Antônio Luiz Silva Soares⁴.

Os livros de ocorrência passaram a fazer parte da gestão do referido professor. Pelas caligrafias identificadas, percebe-se que diferentes pessoas ligadas à gestão podiam fazer os registros que chegassem à coordenação. Um dado importante é que não consta o nome da pessoa responsável pelo registro. Há apenas uma descrição sucinta do fato ocorrido, seguido da data e da assinatura do estudante sobre o qual o relato foi construído.

É importante, ainda, compreendermos a estrutura dos registros de ocorrência. Trata-se de um livro semelhante a um caderno de atas destinado aos registros, como podemos visualizar na Figura 2.

⁴ Em uma das conversas que tive com o diretor Antônio Soares, ele explicou porque adotou o livro de ocorrências. Segundo ele, muitos pais ou responsáveis duvidavam dos motivos pelos quais eram chamados, quando seus filhos tinham comportamentos inadequados, assim, gerando um registro e pedindo que os alunos assinassem, ele mostrava o livro quando os pais eram acionados. Esses registros também serviam de documentos quando precisava transferir os estudantes cujo comportamento era inadequado para a escola.

Figura 2 - Imagem de um dos registros do Livro de Ocorrência

Fonte: EEM (2010).

Na estrutura do registro, identifica-se a marcação do tempo com dia, mês e ano em que ocorreu o relato, seguida de uma descrição breve sobre o fato registrado. Em seguida, registra-se a punição atribuída diante do fato e, por fim, a assinatura dos estudantes sobre os quais as informações são produzidas. Não identificamos assinatura da pessoa responsável (ligada à coordenação da escola) em todos os registros. Como o caderno fica na secretaria da direção, não seria inverossímil afirmar que são registros produzidos pela equipe ligada à coordenação e à direção da escola.

Não requerer a assinatura de quem escreveu os relatos é significativo do seu lugar de produção. Uma vez que os cadernos ficam na sala da secretaria, apenas as pessoas autorizadas têm acesso a eles. Portanto, ocupar uma função de gestão naquela secretaria também poderia estar atrelado à autorização para proceder com os referidos registros. Logo, a falta de assinatura da própria pessoa que escreveu representa a assinatura legítima do espaço onde foram construídos os registros, ou seja: da direção e/ou da coordenação da escola.

Nesse sentido, é oportuno mencionar que se trata, portanto, de um documento oficial produzido pela gestão da escola. Logo, é por esse ângulo que os registros que compõem o documento são percebidos e problematizados. As informações encontradas no livro aqui analisado mostram uma parte das experiências representadas nos escritos. Certamente, esses foram construídos pelas lentes interpretativas das pessoas que naquela escola ocuparam o lugar da autoridade legitimada a escrever sobre as mais variadas situações.

Assim como qualquer outro registro, os identificados, aqui, não são analisados e apreendidos como se fossem uma cópia da realidade relatada, ou a própria realidade vivida, independentemente do significado que se atribua ao que se considera “realidade”. Eles são

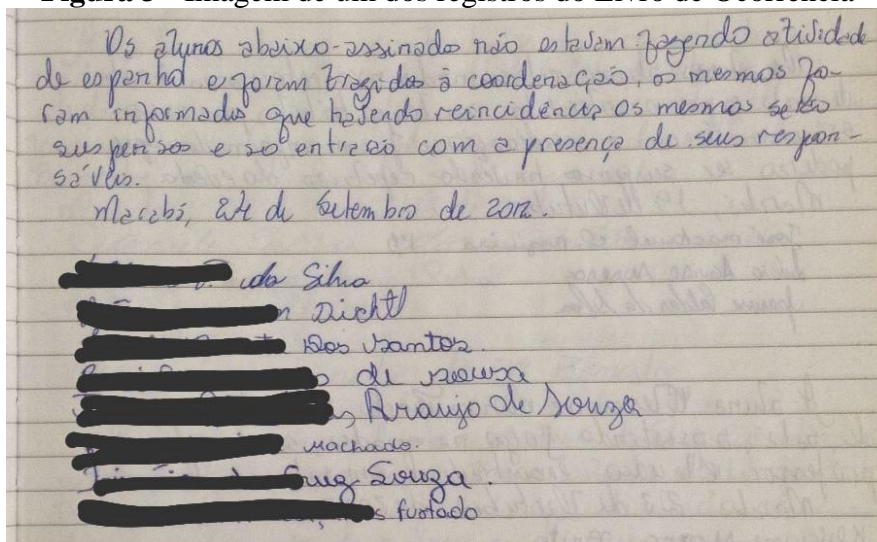
vestígios fragmentários das interpretações construídas sobre as relações vivenciadas na escola. Nesse sentido, sinalizam traços sobre as diferentes práticas experienciadas no espaço escolar, principalmente aquelas relacionadas à gestão administrativa na lida com as demandas dos estudantes que eram consideradas válidas para a construção dos registros.

As ocorrências registradas no conjunto dos cadernos catalogados datam de 11 de março de 2009 a 5 de fevereiro de 2018. Ou seja, o intervalo de tempo abarca quase uma década. Percebe-se, no conjunto das observações analisadas, uma significativa variedade no conteúdo das informações, que versam sobre diferentes questões ligadas ao comportamento dos estudantes durante o período de nove anos.

Problematizando os documentos

Dada a amplitude dos registros localizados nos três cadernos, as reflexões aqui apresentadas limitam-se, apenas, aos relatos de um deles. Trata-se de uma documentação que permite muitas leituras sobre disciplina escolar; indisciplina dos estudantes; controle sobre as práticas dos estudantes (entendidas pela gestão como não adequadas ao espaço escolar, mas também como traços da presença de uma parte dos estudantes na escola), entre outras. Independentemente do ângulo pelo qual possamos olhar os documentos, eles oferecem um conjunto de traços sobre diferentes práticas vivenciadas no espaço escolar, em especial sobre aquelas diretamente relacionadas às experiências dos estudantes. Sabemos que os documentos da chamada cultura escolar sobre o cotidiano vivido pelos/as alunos/as praticamente inexistem, como nos lembra Dominique Julia (2001). Aqueles que encontramos, geralmente, são resultantes de ações individuais de professores no desenvolvimento de projetos e não resultado de uma ação institucional da escola. No entanto, diante da ausência de documentos sobre o cotidiano dos estudantes, há a possibilidade de produzirmos as próprias fontes documentais de pesquisa, como defende Cavalcanti (2021).

É oportuno esclarecer a terminologia que emprego para melhor entendimento do público leitor. Passo a chamar de “registro” o conjunto de informações que é feito de uma única vez, conforme aparece no livro que podemos visualizar na Figura 3.

Figura 3 - Imagem de um dos registros do Livro de Ocorrência

Fonte: EEEM (2010).

Cada um desses registros faz menção a uma quantidade diferente de estudantes. Assim, temos um único registro informando que oito estudantes estavam nos corredores durante o horário da aula; outro menciona que 16 estudantes estavam vestindo shorts, uma vez que o fardamento exigido era outro. Mas, também temos registros que fazem menção apenas a um único estudante.

No livro de ocorrência, aqui analisado, consta um total de 142 registros entre janeiro de 2009 e dezembro de 2016. Esses apontamentos fazem 331 menções a diferentes estudantes do ensino médio. Alguns deles aparecem em mais de um registro, seja quando a mesma situação se repete — como é o caso da excessiva conversa durante as aulas — seja sobre situações diferentes, como “atrapalhar a aula” e “não levar o livro didático para a escola”. Esses dados estão agrupados na Tabela 1.

Tabela 1 - Menções sobre os estudantes

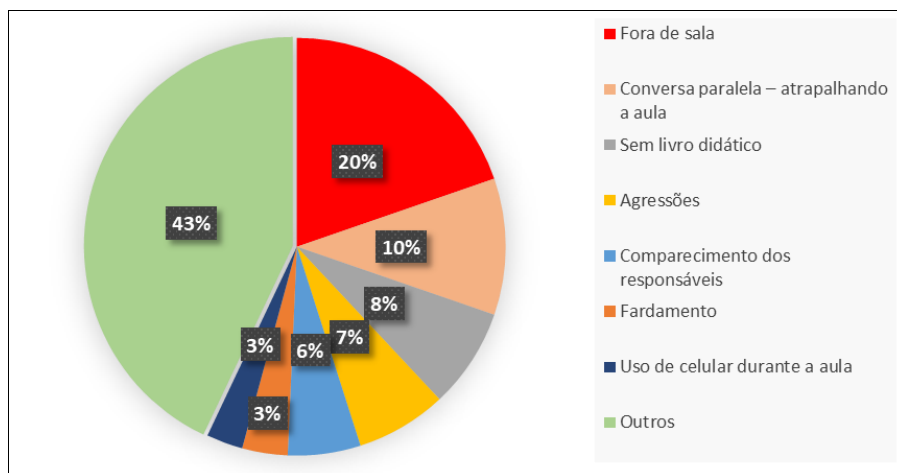
Estudantes por sexo	Número de menções
Alunos	171
Alunas	160
Total	331

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na contabilização das menções, não foram inseridas as informações sobre os registros acerca do comparecimento dos pais (ou responsáveis) dos estudantes quando ocorriam casos de reincidência.

Os registros mencionam uma significativa quantidade de situações que foram vivenciadas por parte dos alunos e foram consideradas dignas de nota. Para melhor contribuir com as reflexões, tipifiquei os registros a partir dos conteúdos – ou temas – relatados, como apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Tipificação dos registros



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Como é possível perceber, há um leque significativo de questões identificadas nos registros (pelas quais os estudantes foram levados à coordenação) que se desdobram nas informações localizadas no caderno de ocorrência. Para agrupar os registros, cujo motivo não apareceu mais de três vezes, criei a categoria “outros”.

Na tipificação “outros”, foi localizado um conjunto de 61 registros, que corresponde a 43% (ver Gráfico 1). Essas informações referem-se a diferentes situações vivenciadas pelos estudantes e consideradas inadequadas pelas normas vigentes naquele espaço escolar. Temos acesso a registros sobre casais de estudantes que estavam namorando em algumas salas da escola. Em um deles, menciona-se: “[...] registra-se que os alunos Lúcia Bastos e Diogo Santos, ambos do 2º Ano B, encontravam-se NAMORANDO no interior de uma das salas de aula da escola por volta das 19h do dia 06/12/2011, e com mais um agravante, com as luzes da sala apagadas”⁵ (EEEM, 2010, p. 28).

O cotidiano dos estudantes, na escola, não diz respeito apenas às atividades de aprendizagem. Ele é vivenciado por diferentes práticas, sobretudo no que diz respeito às relações entre os próprios alunos, que são marcadas por afetos, mas também por tensões e

⁵ Todos os nomes dos alunos que aparecem nesse texto foram mudados para manter o anonimato dos referidos estudantes. Destaque do original.

desafetos. Algumas dessas sociabilidades geraram tensionamentos, que se desdobraram em registros no *Livro de Ocorrência*. Assim, encontramos informações sobre um aluno que passou a mão no bumbum da colega durante a aula. Em outra turma, registrou-se que dois estudantes estavam jogando dama no pátio da escola no horário da aula. Também há informações relacionadas a alguns alunos que não apresentaram o trabalho – de mais de uma matéria – valendo nota na data anteriormente agendada e em outra turma, alguns estudantes não tinham feito a atividade, conforme havia sido combinado. Acerca de outra sala, foi mencionado que um aluno jogou uma toalha molhada nos colegas e outro andou de bicicleta nos corredores internos da escola. Também, têm-se registros sobre alguns alunos que não pagaram o valor corresponde ao material da atividade Simulado⁶, o que os impediu de participar dela. Há, ainda, informações a respeito de determinados alunos que se sentiram mal – um deles com dor de cabeça e outro com dor de barriga – e pediram para ir embora.

Em virtude da recorrência, foi possível tipificar os demais motivos pelos quais foram produzidos os registros. Assim, dispomos de quatro registros (3%) referentes ao uso de celular durante a aula; cinco (3%)⁷ sobre o fardamento dos alunos que não estava em conformidade com o estabelecido na escola; oito (6%) acerca do comparecimento dos pais ou responsáveis. Em relação às situações classificadas como de “agressão” – verbal e/ou física – temos 10 referências (7%), além de 11 registros a respeito da ausência do livro didático (8%), 15 acerca da conversa excessiva durante as aulas (10%) e 28 (20%) sobre os alunos estarem fora da sala durante o horário da aula.

Mais do que uma quantificação numérica, é interessante perceber o conjunto dos motivos pelos quais os estudantes estavam sinalizando tensionamentos no cotidiano escolar. Pelos registros analisados, no referido caderno, percebe-se que a maior recorrência estava relacionada com a presença dos estudantes na sala de aula. Ou seja, entre as razões pelas quais os registros foram construídos, algumas indicam que um número considerado de alunos demonstrou certa relutância em assistir à aula. Há registros que mencionam um grupo de 10 alunos, que estava fora da sala no horário da aula; em outra situação, registram-se seis alunos que estavam jogando bola durante a aula de Química e 12 alunos que chegaram atrasados e ficaram fora da sala por esse motivo.

Não há informação sobre de quais disciplinas os alunos mencionados não estavam assistindo às aulas. No entanto, entre os registros, encontramos quatro referências a situações

⁶ Trata-se de uma atividade aplicada na escola com questões semelhantes ao vestibular e/ou ENEM.

⁷ A diferença em termos percentuais é de décimos, por isso no gráfico o percentual é de 3% tanto para o uso de celular como para fardamento.

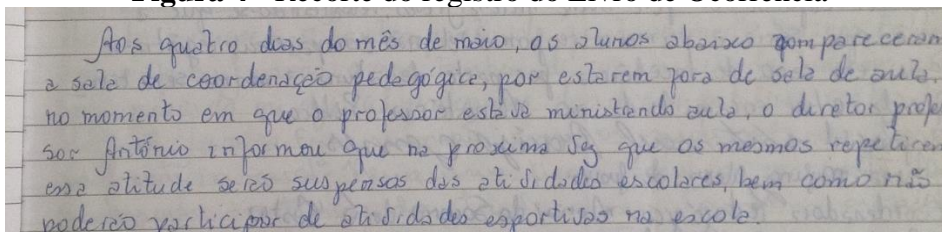
em que os estudantes estavam fora da aula de Química e duas sobre a aula de Língua Portuguesa.

Como a escola lidava com essas situações?

Outra parte interessante dos registros diz respeito às informações relacionadas como a gestão da escola procedia diante das situações relatadas. Após a descrição do motivo que gerou cada um dos registros, encontra-se a respectiva repreensão aplicada. As penalidades mencionadas seguiam uma gradação que ia da mais leve até a mais severa. A primeira delas era dar ao aluno uma “advertência” no ato do registro. A segunda, chamar os pais do estudante ou seus responsáveis, caso ocorresse a reincidência do motivo registrado. Ou seja, os alunos sobre os quais se faziam os registros ficavam advertidos sobre a inadequada postura ali relatada e, no caso de reincidência, a penalidade seria chamar os pais ou responsáveis. Assim, condicionava-se a entrada do/a estudante à escola, no dia seguinte, ao cumprimento dessa medida. A terceira penalidade era suspender as aulas; e a última, transferir o estudante para outra escola.

É significativo que a última penalidade a ser aplicada, em casos graves, fosse a transferência. Essa sanção pode ser indicativa do capital político da escola, uma vez que se puniria com o impedimento de continuar os estudos naquele estabelecimento de ensino. Em alguma medida, é como se ele/a fosse impedido/a de frequentar aquela escola. Ou seja, tratava-se de um lugar disputado e merecedor do público que ele acolhia. Essa mesma linha de raciocínio se percebe no registro elaborado no dia 4 de maio de 2009 nos seguintes termos (Figura 4).

Figura 4 - Recorte do registro do Livro de Ocorrência



Fonte: EEEM (2010).

Percebemos que outras formas de punição poderiam ocorrer além daquela cujos registros fazem referência de forma recorrente. Nesse sentido, não seria inverossímil afirmar

que a punição implicaria, quase sempre, o impedimento de os estudantes desfrutarem algo considerado importante e/ou desejado por eles.

Pelos motivos identificados, na maioria dos registros, é possível afirmar que a penalidade e a gradação seguiam critérios definidos pela gravidade do ato a respeito do que se relatava. Assim, uma situação que fosse identificada como sendo mais grave não seguia o sequenciamento das sanções estabelecidas. Entre os registros, foi possível identificar que ocorreram situações em que os pais foram chamados de imediato e os estudantes só entrariam na escola mediante a presença de seus responsáveis. Em outra situação registrada, dois estudantes foram suspensos por terem agredido, verbalmente, um professor, usando expressões de baixo calão, segundo consta nos registros.

Há certos registros que relatam, com detalhes, algumas situações do cotidiano da sala de aula. No dia 10 de novembro de 2010, por exemplo, registrou-se que o aluno Pedro Santos estava com excessos de brincadeira, comprometendo a aula mesmo diante das tentativas do professor de fazer o aluno se comportar. Como o estudante não obedecia às ordens, o docente foi à coordenação relatar a situação. Em seguida, relata-se:

O diretor Antônio foi até a sala de aula e o aluno continuou a fazer gracinhas, foi convidado a retirar-se de sala de aula, usou palavras de baixo calão, o diretor conduziu o mesmo até o portão da escola, juntamente com o aluno Rui Melo, este último com o celular na sala de aula e o professor pediu que o mesmo desligasse e ele recusou-se, mas solicitado a saída da sala, saiu sem maiores problemas. Quanto ao aluno Pedro já é reincidente, sendo suspenso por um período de 4 dias e se o mesmo não mudasse de comportamento seria transferido deste estabelecimento de ensino (EEEM, 2010, p. 20).

Além do conteúdo/motivo do registro, aqui descrito, também é possível perceber a dinâmica em que ocorreu a situação e as ações desencadeadas. Inicialmente, o referido aluno estava atrapalhando a aula e, pelas informações encontradas, o professor não estava conseguindo fazer com ele mudasse aquela postura. Assim, o docente teria ido até a sala da coordenação descrever a situação. Não constam os motivos, mas a situação exigiu que o diretor da escola – o professor Antônio – deslocasse-se até a sala, provavelmente com o objetivo de resolver a situação. Pelo desfecho anotado, o estudante foi suspenso, pois aquela não era a primeira vez que o fato acontecia.

Aquela não foi a única suspensão registrada. Consta, no livro, uma portaria de suspensão (identificada pelo número 14), expedida pela escola em papel timbrado com a

logomarca da Secretaria de Educação. Nela, consta que o motivo deu-se pela perturbação nos corredores, com o uso de celular e o desrespeito à coordenadora e à vice-diretora. No documento, menciona-se que o aluno ficava impedido de assistir às aulas por quatro dias até o final da suspensão, e que, na próxima ocorrência, seria transferido. O documento está assinado pelo estudante e pela vice-diretora da escola, à época, professora Vera Ribeiro.

Também é oportuno destacar que aquele não foi o único registro que menciona a ida do diretor a uma sala de aula para tentar resolver uma situação análoga à descrita. Há registros que ocupam uma página inteira para detalhar o deslocamento do diretor a uma determinada sala com o objetivo de conversar com a turma, explicar que o comportamento dos estudantes estaria comprometendo o rendimento escolar e que a recorrência da situação poderia exigir punições mais incisivas além da advertência.

Os registros, ainda, mostram a presença de pais ou responsáveis que foram chamados à escola diante do comportamento dos estudantes. Neles, são relatados os motivos pelos quais foram chamados, afirmando que, caso a situação voltasse a ocorrer, o aluno em questão seria suspenso ou transferido. Após essa descrição, constam as assinaturas daqueles que estiveram presentes na escola.

A indisciplina parece ser o motivo gerador de todos os registros identificados no *Livro de Ocorrências*. Mesmo que as informações versem sobre diferentes situações, o comportamento indisciplinado parecer ser o fio comum que costura todos os registros – seja sobre ficar fora da sala durante o período da aula, ou acerca da conversa paralela que atrapalha a aula, o uso do celular durante as aulas, a ausência do livro didático ou as agressões desferidas contra colegas estudantes ou professor.

Para cada motivo registrado, é possível associar a ausência do comportamento desejado e entendido como adequado para a escola. Assim, registra-se que um grupo de estudantes está usando o celular durante a aula porque essa prática é proibida naquele espaço. Registra-se que diversos alunos estavam no pátio jogando futebol porque, naquele horário, deveriam estar em sala de aula.

Em alguma medida, as informações que constam no *Livro de Ocorrência* mostram a presença de estudantes, tensionando as relações no cotidiano da escola. As informações, de certa maneira, constituem vestígios fragmentários a respeito de uma dada dinamicidade presente nas relações do dia a dia da escola O Pequeno Príncipe a partir do comportamento dos estudantes. Talvez, sem o ato de registro, essas experiências tivessem apenas deixado traços nas memórias daqueles que estiveram a elas relacionados. Por certo, não podemos

desconsiderar que registrar essas práticas era um ato do qual decorriam diferentes desdobramentos. Dele, produzia-se uma ação imediata de aviso e advertência. A ação da advertência sinalizava o que a escola considerava proibido e permitido, além dos respectivos desdobramentos de tais ações consideradas desviantes.

Da grafia interpretativa de quem escreveu, percebe-se que uma parte dos alunos tensionava as regras da escola e, em alguma medida, a elas não se curvavam. Nesse sentido, mais do que um registro sobre indisciplina, as informações, também, podem ser apreendidas como uma representação acerca de como uma parte dos estudantes lidou com a vida cotidiana no interior da escola, principalmente não aceitando de forma passiva as normas estabelecidas.

Os registros podem, ainda, ser apreendidos como uma ação pela qual – e somente por ela – os estudantes mencionados ganharam existência em sua passagem pela escola, para além dos registros formais da chamada cultura escolar. Em outros termos, permitem que tenhamos acesso a relatos relacionados a uma quantidade significativa de alunos e alunas que, ao tensionarem as normas estabelecidas, provocaram as relações de poder, gerando, assim, as informações que constam no *Livro de Ocorrências*.

Como sabemos, a cultura escolar não tem a prática de produzir e arquivar registros contendo informações construídas pelos estudantes. Por esse ângulo de percepção, estamos lidando com registros sobre experiências reais, vividas e tensionadas no cotidiano da escola. Representam relações a cuja existência só temos acesso devido ao tensionamento provocado pelos alunos. As ações sobre as quais os estudantes eram levados à coordenação não teriam deixado traços de suas práticas se não fosse a astúcia – para lembrar Certeau – dos alunos. Assim, estamos lidando com registros que representam experiências concretas, reais e efêmeras, as quais podem estar representadas em poucas linhas escritas no livro. Ademais, os apontamentos fazem referência a um conjunto de sujeitos, que, via de regra, não está entre as poucas informações que se produzem sobre a escola, menos ainda sobre o alunado. Ou seja, quando temos informações produzidas por estudantes ou registradas sobre eles, estas costumam mencionar aqueles cujas ações são consideradas adequadas e exitosas.

Por essa chave de interpretação, os registros do *Livro de Ocorrência* ganham ainda mais relevância, à medida que permitem acessar as interpretações construídas sobre as experiências dos estudantes consideradas desviantes. Nem mais uma palavra dispomos das trajetórias desses alunos, a não ser os dados sobre a frequência e as notas mensuradas para definir um tipo de aprovação ou reprovação. Nenhum registro a oferecer sobre as experiências

vivenciadas por mais de 300 alunos e alunas, a partir das quais podemos acessar uma pequena fagulha de relatos sobre as relações vividas no cotidiano escolar.

Não fosse o tensionamento provocado pelos alunos, nada saberíamos de suas existências na cultura escolar; nenhum registro além daqueles frios, secos e distantes sobre notas, frequência e aprovação/reprovação ao fim de cada ano escolar. Foi pela resistência ao poder instituído na cultura escolar ali vivenciada que aqueles alunos e alunas ganharam existência nos relatos a respeito de suas passagens pela escola. Do enfrentamento ao poder, construído e praticado naquele espaço, produziu-se um rico conjunto de registros sobre uma parte dos estudantes dessa instituição de ensino. Nesse sentido, além das práticas de (in)disciplina e das relações de controle que os registros representam, é oportuno destacar a pluralidade das experiências que compõem o cotidiano escolar, bem como as peculiaridades dos sujeitos que vivenciam e tensionam as relações nas pequenas ações que compõem o dia a dia de uma escola.

Considerações finais

As pesquisas – situadas na ciência histórica – que problematizam a escola estão apenas dando os primeiros passos. À medida que projetos como o Pibid são desenvolvidos, em especial nos cursos de História, ampliam-se as possibilidades de análise acerca da cultura escolar por meio de diferentes focos de análise e objetos de pesquisa. As atividades proporcionadas pelo Pibid permitiram o contato com algumas das práticas da cultura escolar, despertando a possibilidade de ampliar as reflexões sobre as experiências vivenciadas por diferentes atores que compõem essa cultura.

A partir dos documentos localizados, foi possível compreender de que forma uma parte dos estudantes tensionou as relações vividas no cotidiano da escola O Pequeno Príncipe durante o período em que ocorreram os registros. Também foi possível perceber a maneira com que a gestão do professor Antônio Soares enfrentou algumas das demandas experienciadas no cotidiano da escola. Os documentos analisados – os quais representam um conjunto de práticas comportamentais consideradas inadequadas para aquele estabelecimento – sinalizam, também, vestígios da passagem de um conjunto de alunos e alunas durante sua vida escolar. São fragmentos indiciários e resultantes das mil maneiras de se viver o cotidiano da escola. Experiências que – não fosse a estratégia da elaboração do *Livro de Ocorrências* – certamente, não teriam produzido registros nem das práticas nem de seus praticantes.

Referências

BENITO, Agustín Escolano. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

CAVALCANTI, Erinaldo. A história sem presente e o ensino sem futuro: representação do tempo no ensino de História pelos alunos da Educação Básica. *Revista Tempo e Argumento*, v. 13, p. 1-28, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180313332021e0109> Acesso em: 15 mar. 2023.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. v. 1.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares. *Teoria e Educação*, n. 2, p. 177-229, 1990.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO (EEEM): O Pequeno Príncipe. *Livros de Ocorrência*, Livro 1, 2010.

FRAGO, António Viñao. La escuela y la escolaridad como objetos históricos. Facetas y problemas de la historia y de la educación. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 12, n. 25, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29059> Acesso em: 8 fev. 2023.

GONDRA, José G. *A emergência da escola*. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

JULIA, Dominique. Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, 2001, 9-43. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749> Acesso em: 21 mar. 2023.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MORENO, Concha Fuentes. Concepciones de los alumnos sobre la historia. *Educar em Revista*, v. 22, p. 219-239, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.407> Acesso em: 10 jan. 2023.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Entre textos e práticas: ensino de história, instituição escolar e formação docente. *História e Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 51-79, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23856> Acesso em: 16 jan. 2023.

SILVA, Carolina Ribeiro Cardoso da; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Aluno sob medida: como a escola registra seus alunos? *Cadernos de História da Educação*, v. 14, n. 1, p. 149-168, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32119> Acesso em: 24 abr. 2024.

Outros Tempos, vol. 22, n. 39, 2025, p. 1-21. ISSN: 1808-8031

SILVA, Eva Cristina Leite da. Mapeamento dos arquivos escolares: história, memória e preservação de documentos. *ÁGORA: Arquivologia em debate*, v. 21, n. 42, p. 111–125, 2011. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/266> Acesso em: 24 abr. 2024.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/tDdpKPbzPmprhd9Pz5VMQHH/?format=pdf> Acesso em: 18 mar. 2023.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (org.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 3-30.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa. *Hist. Educ*, n. 25, p. 153-171, 2006. Disponível em: https://revistas.usal.es/tres/index.php/0212-0267/article/view/11177/pdf_6 Acesso em: 8 jan. 2023.